

	Colégio Estadual Dr. Eduardo Bahiana
	Data: ____/____/____ Turma: ____
	Aluno: _____
	Professor: Manuel Antonio
	Disciplina: Filosofia

11ª LISTA DE FILOSOFIA Eixo VI 2020 2ª Unidade

1. (Uem 2018) “Enfim, é preciso dizer que não se podem conceber essas relações de poder como uma espécie de dominação brutal com a forma: ‘Faça isso ou eu te mato!’. Não são situações extremas de poder. De fato, as relações de poder são relações de força, de enfrentamentos, então, sempre são reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Tem-se dito muito (os críticos me acusam disso) que, para mim, ao por o poder em toda parte, eu exclua toda possibilidade de resistência. Mas é o contrário!”

(FOUCAULT, M. Poder e Saber. In: MARÇAL, J. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: Seed, 2009, p. 240-241).

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) Como as relações de força são reversíveis, não há um polo dominador e um dominado.
- 02) Para o filósofo, a violência é constituinte das relações de poder.
- 04) Relações de poder não significam necessariamente que o dominado jamais poderia reverter sua relação de dominação.
- 08) Para Foucault, as relações de poder perpassam as interações humanas, à exceção das relações afetivas.
- 16) Relações de poder são relações de força, às vezes sutis, que podem se inverter conforme a resistência aplicada pelo dominado em face do dominador.

2. (Uem 2017) “[...] As relações de poder suscitam necessariamente, chamam a todo instante, abrem a possibilidade de uma resistência, e isso porque há a possibilidade de resistência real, que o poder daquele que domina tenta manter-se com tanta força quanto possível, quanto maior a astúcia, maior a resistência. De modo que é muito mais a luta perpétua e multiforme que eu tento mostrar do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizador.”

(FOUCAULT, M. Poder e saber. In: MARÇAL, J. *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: Seed, 2009, p. 241).

A partir do texto citado, assinale o que for **correto**.

- 01) Foucault destaca a importância da resistência dos dominados nas relações de poder.
- 02) Diante do poder do Estado não há resistência possível, visto que o poder uniformiza os indivíduos.
- 04) A resistência à dominação é uma luta permanente que os dominados travam contra o poder dominador.
- 08) A resistência ao poder somente pode ser exercida com o uso da violência, visto que não há astúcia possível contra a força do dominador.
- 16) Nas relações de poder não há somente dominação de um lado e submissão de outro.

3. (Ueg 2013) CERTIFICO, a pedido da requerente que, no Diário Oficial da União, de 09 de janeiro de 1979, consta a homologação a seguir transcrita do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura: PROCESSOS Nºs MEC-248.003/78 – CNMC 00142 – COMISSÃO NACIONAL DE MORAL E CIVISMO. Nos termos e para efeitos do parágrafo 1º do art. 10 do Decreto

nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, HOMOLOGO o parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo, favorável, do ponto de vista da moral e do civismo, à obra didática intitulada EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA, de autoria da professora LURDES DE BORTOLI GROTH, ficha nº 07/78. Brasília, 05 de janeiro de 1979.

BORTOLI, Lurdes de. *Educação moral e cívica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. (Folha preliminar).

O texto citado é uma certidão de homologação autorizando a publicação de um livro didático de educação moral e cívica, disciplina integrante da grade curricular do ensino básico brasileiro até a década de 1980. No contexto histórico da época da publicação da certidão, ela possibilita mostrar que o Estado brasileiro apresentava relações de poder marcadas por

- a) estratégias autoritárias de controle social, restringindo a pluralidade teórica e ideológica nos livros didáticos.
- b) práticas neoliberais, copiando os modelos norte-americanos de controle da produção didática escolar.
- c) uma intensa racionalização administrativa decorrente da extrema especialização acadêmica dos funcionários públicos.
- d) uma preocupação apenas burocrática com a produção didática, considerada inofensiva para a política ideológica vigente à época.

4. (Unicentro 2012) “A atividade dos homens em sociedade tem sempre um caráter político, na medida em que a organização da vida material de uma maneira peculiar determina, ao mesmo tempo, uma maneira peculiar de organização das ideias e das relações de poder. Não há vida social que não seja política.”

RIOS, Terezinha Azeredo. *Ética e competência*. São Paulo: Cortez, 4.ª ed., 1995.

Após análise dessa afirmativa, é correto afirmar:

- a) A política e a sociedade são excludentes.
- b) O estado representa apenas o poder de força junto à população.
- c) O caráter político diz respeito apenas ao exercício da força e do poder nos diferentes grupos sociais.
- d) O caráter político, enquanto elemento indispensável à vida em sociedade, é prerrogativa da própria dimensão humana.
- e) O fortalecimento das monarquias nacionais, na Idade Moderna, diz respeito apenas ao exercício do poder administrativo.

5. (Enem 2017) O conceito de democracia, no pensamento de Habermas, é construído a partir de uma dimensão procedimental, calcada no discurso e na deliberação. A legitimidade democrática exige que o processo de tomada de decisões políticas ocorra a partir de uma ampla discussão pública, para somente então decidir. Assim, o caráter deliberativo corresponde a um processo coletivo de ponderação e análise, permeado pelo discurso, que antecede a decisão.

VITALE, D. Jürgen Habermas, modernidade e democracia deliberativa. *Cadernos do CRH (UFBA)*, v. 19, 2006 (adaptado).

O conceito de democracia proposto por Jürgen Habermas pode favorecer processos de inclusão social. De acordo com o texto, é uma condição para que isso aconteça o(a)

- a) participação direta periódica do cidadão.
- b) debate livre e racional entre cidadãos e Estado.
- c) interlocução entre os poderes governamentais.
- d) eleição de lideranças políticas com mandatos temporários.
- e) controle do poder político por cidadãos mais esclarecidos.

6. (Enem 2016) Hoje, a indústria cultural assumiu a herança civilizatória da democracia de pioneiros e empresários, que tampouco desenvolvera uma fineza de sentido para os desvios espirituais. Todos são livres para dançar e para se divertir, do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa.

ADORNO, T. HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

A liberdade de escolha na civilização ocidental, de acordo com a análise do texto, é um(a)

- a) legado social.
- b) patrimônio político.
- c) produto da moralidade.
- d) conquista da humanidade.
- e) ilusão da contemporaneidade.

7. (Upe-ssa 2 2018) Atente ao texto a seguir sobre Cidadania e Política:

Enfrentar o grande desafio de assegurar e ampliar o exercício da cidadania em nosso país implica questionar o caráter excludente de nosso modelo econômico e, ao mesmo tempo, efetivar e aprimorar a democracia. Necessitamos de uma política democrática, que viabilize mudanças. O exercício da cidadania não é apenas uma questão de aprendizagem mas também de luta por condições dignas de vida, trabalho e educação.

(Para filosofar. São Paulo: Scipione, 2000, p. 184)

O texto acima retrata, com clareza, a significância da dialética entre Cidadania e Política. Nessa linha de raciocínio, é **CORRETO** afirmar que

- a) a cidadania implica direitos e deveres em relação à individualidade numa sociedade democrática.
- b) o exercício da cidadania se faz no aprendizado do modelo ideológico vigente, declinando da criticidade.
- c) exercitar a cidadania é impossível dentro dos limites de uma sociedade dividida. Ser cidadão é aceitar os valores estabelecidos no âmbito da sociedade.
- d) o aprendizado político e o exercício da cidadania estão interligados no exercitar as reivindicações por melhores condições de vida.
- e) uma política democrática se faz com o endosso do caráter excludente de nosso modelo econômico.

8. (Ufsm 2011) “Desde 2008, iniciativas do Ministério da Justiça, da OAB, de entidades de direitos humanos e de grupos de juristas começaram a questionar a validade da interpretação que a Justiça deu à Lei de 1979 [Lei da Anistia]. Começou, então, um esforço de reflexão jurídica a respeito da possibilidade de responsabilização dos agentes do Estado por crimes contra a humanidade [tortura].”

RODEGHERO, Carla. A Lei da Anistia, 31 anos depois. *Zero Hora*, 27 de agosto de 2010, p.21.

O enunciado menciona o questionamento da validade da interpretação dada pela justiça à lei de 1979, sobre a anistia. O tema da questão está vinculado ao debate filosófico sobre as relações entre legalidade e legitimidade.

A respeito dessa relação, analise as afirmativas:

- I. Nos Estados teocráticos, tanto a legalidade quanto a legitimidade provêm da vontade de um ser superior divino.
- II. Legalidade e legitimidade são conceitos que possuem extensão e compreensão diferentes.
- III. O questionamento da legalidade de uma norma jurídica (por exemplo, uma lei) tem como condição necessária o questionamento de sua legitimidade.
- IV. Nas democracias contemporâneas, a legitimidade do poder legal pode ser posta em questão pela vontade popular.

Está (ão)correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas II e III.
- e) apenas II e IV.

9. (Ufsm 2010) Assinale verdadeira (V) ou falsa (F) nas afirmações a seguir sobre o modelo de cidade ideal apresentado por Platão na obra *A República*.

- () Os agricultores, os artesãos e os comerciantes ocupam-se das funções mais nobres na sociedade.
- () Platão critica a democracia.
- () Na cidade ideal de Platão, não há mobilidade social.

A sequência correta é

- a) F - F - V.
- b) F - V - V.
- c) V - F - F.
- d) F - V - F.
- e) V - V - V.

10. (Uel 2005) “As instâncias do Poder, que os cidadãos acreditavam terem instalado democraticamente, estão, sob o peso da crítica, em vias de perder sua identidade. A opinião não lhes confere mais o certificado de conformidade que a legitimidade deles exige. Jürgen Habermas [...] vê nessa situação ‘um problema de regulação’. A opinião pública, abalada em suas crenças mais firmes, não dá mais sua adesão às regulações que o direito constitucional ou, mais amplamente, o direito positivo do Estado formaliza”.

(GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?*. Trad. de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 202-203.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre os Estados Democráticos de Direito na contemporaneidade, é correto afirmar:

- a) A atual identidade das instâncias do poder é confirmada pela “crítica”.
- b) Legalidade e legitimidade das instâncias de poder são coincidentes nos Estados Democráticos de Direito.
- c) A regulação das instituições de poder deve ser independente da opinião pública.
- d) A legitimidade das instâncias de poder deve ser baseada no direito positivo.
- e) A opinião pública é que deve dar legitimidade às instâncias de poder.

11. (Enem PPL 2015) Na sociedade democrática, as opiniões de cada um não são fortalezas ou castelos para que neles nos encerremos como forma de autoafirmação pessoal. Não só temos de ser capazes de exercer a razão em nossas argumentações, como também devemos desenvolver a capacidade de ser convencidos pelas melhores razões. A partir dessa perspectiva, a verdade buscada é sempre um *resultado*, não ponto de partida: e essa busca inclui a conversação entre iguais, a polêmica, o debate, a controvérsia.

SAVATER, F. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (adaptado).

A ideia de democracia presente no texto, baseada na concepção de Habermas acerca do discurso, defende que a verdade é um(a)

- a) alvo objetivo alcançável por cada pessoa, como agente racional autônomo.
- b) critério acima dos homens, de acordo com o qual podemos julgar quais opiniões são as melhores.
- c) construção da atividade racional de comunicação entre os indivíduos, cujo resultado é um consenso.
- d) produto da razão, que todo indivíduo traz latente educativo.
- e) resultado que se encontra mais desenvolvido nos espíritos elevados, a quem cabe a tarefa de convencer os outros.